

Ata-Relato da Reunião da Câmara Técnica de Recursos Hídricos do Estado do Paraná realizada em 05/07/07 as 9:00 horas na sala de Reuniões da SUDERHSA em Curitiba.

Presentes:

Norberto Ramon – SUDERHSA
Jurandir Boz Filho – SUDERHSA
Erivelto Luis Silveira – SANEPAR
Kátia Cristina Nakandare – SANEPAR
João Horácio Pereira – SANEPAR
Amin Katbeh – ABAS/PR
Tadeu Donizeti Barbosa Raniski – SANEPAR
Luis Tadeu Cava – MINEROPAR
Guntolf Van Kaick – OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
Antônio Ricardo Lorenzon – Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Rafael Ferreira Filipin – Liga Ambiental
Laura Jesus de Moura e Costa – CEDEA
Valter Johnson Bomfim – Instituto Timoneira
Rubens Sundin Pereira – CEDEA
Rui da Silva – SUDERHSA
Mariana Sophie Roorda – CERH/PR
Luiz Fornazzari Neto – SUDERHSA
Everton Luiz da Costa Souza – ABAS/PR

1. A reunião foi iniciada pelo representante da ABAS e coordenador da CTAS do CERH do Paraná, Geólogo Everton Souza o qual incumbiu o Geólogo Luiz Fornazzari Neto da SUDERHSA, como relator. Em seguida fez breve relato da 54^a reunião da CTAS do CNRH, realizada em Brasília e da 55^a Reunião (Ribeirão Preto) onde foram sugeridas duas ações ao nível da CTAS do CNRH: 1. Sugerir ao CERH do Paraná que ative a sua CTAS, visando discutir sobre eventuais pendências jurídicas e indenizatórias; sobre a multa do IBAMA, sobre os resultados do EIA da SANEPAR e do EIA RIMA da Usina de Tijuco Alto; 2. necessidade de elaboração de resolução específica sobre aquíferos Cársticos brasileiros, utilizando especialmente as experiências do Paraná e São Paulo para tanto.
2. Já na 56^a Reunião da CTAS do CNRH, realizada em Cuiabá, ocorreu a informação sobre a ativação da CTAS do CER do Paraná, representada pela reunião que se iniciava.
3. **Laura** pediu para incluir a questão de uso e ocupação do solo e comentou que aguardou por cerca de dois anos a presente reunião e comentou sobre a questão do Vale da Ribeira onde ocorre o Karst.
4. **Rubens** – Comentou sobre a questão jurídica (cumprimento da lei), o não licenciamento das captações da SANEPAR no Karst desde o início da exploração em 1992, com abalos no solo em Almirante Tamandaré e Curitiba, o EIA-RIMA incompleto. Considera um ato criminoso de acordo com a Lei 9605, em pelo menos cinco de seus artigos com destaque ao Art. 70 e Art. 225. Considerou que a exploração do aquífero causou abalos generalizados nas residências e ainda argumentou que até 1992 não havia abalos e que em alguns casos a SANEPAR

indenizou 3 (três) vezes a mesma casa devido a continuidade dos abalos. “A SANEPAR causou dano ambiental, moral e material” em 2003 ouviu do presidente da SANEPAR que a companhia iria indenizar a todos, sendo que até o momento, 2007, não cumpriu o compromisso assumido. Falou que nunca foi cobrada responsabilidade da SANEPAR. Esta companhia pagou R\$100.000,00 de indenização para uma casa em Almirante Tamandaré localizada sobre uma caverna comprovada. A SANEPAR tem adiado o pagamento da multa através de subterfúgios e manobras jurídicas. Falou que foi chamado pelo Dr. Marino do IBAMA em 2003 para falar do desejo de cobrar a multa e, pressionado politicamente, ficou amarrado e mandou o processo para Brasília. A multa vai prescrever em 20 dias e não será inserida em dívida ativa por pressão política. Relatou outro caso em que o cidadão entrou com processo administrativo e em cinco anos recebeu o valor imposto pela SANEPAR e os que não concordaram com os valores impostos ainda não receberam. A cidade inteira de Almirante Tamandaré está nesta situação e a SANEPAR falou que a culpa não é dela. Colocou 27 caminhões de pedra em uma área e agora o buraco se formou novamente.

5. **Laura** – Falou do interesse em proteger o aquífero e criar uma área de proteção ambiental permanente e a exploração da água com critérios rígidos. Tomar cuidados para não contaminar o aquífero. Preservar também os campos de altitude com o recurso da multa. Em uma destas áreas ocorrem 13 nascentes. Comentou sobre outras empresas que exploram a água do Karst e da presença de cemitério e lava car.
6. **Lorenzon** – Comentou sobre a importância do uso do solo, da responsabilidade da gestão do município, a ferramenta dos planos diretores e as ocupações irregulares.
7. **SANEPAR** – Representada pelo advogado Sr Tadeu, Considerou que a multa e indenização não cabem nesta Câmara técnica a qual deve tratar apenas das questões técnicas e não jurídicas. Respondeu ao Sr. Rubens que a SANEPAR tem direito de se defender das acusações e da multa. Comentou da existência de outros usuários que usam o aquífero e que em alguns casos as perícias mostraram que a SANEPAR não foi a causa do problema. Outras atividades também como mineração também devem ser consideradas.
8. **João Horácio**, Gerente da Unidade de Serviços de Hidrogeologia – Iniciou enaltecendo que a SANEPAR é uma empresa modelo no Brasil, atende 8.000.000 de pessoas, opera mais de 850 poços, controla o volume e tempo de bombeamento dos poços e a qualidade da água com responsabilidade. No episódio da estiagem no início da década de 90, a SANEPAR, em conjunto com entidades do Estado, além da Universidade iniciaram estudos sobre a exploração do aquífero. Hoje mais de 200.000 pessoas são abastecidas através das suas águas. Através da SUDERHSA são definidas as condições de exploração através da análise de pedidos de outorga exigindo critérios para sua renovação. A Câmara Técnica de Almirante Tamandaré designada pelo ministério público verificou que os volumes bombeados são menores que as outorgas e que a Companhia tem sanado as indenizações.
9. **Erivelto** – Comentou que na Câmara Técnica de Água Subterrânea do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que embora não concordasse com o comentado iniciativa estava tendo um desenrolar positivo para ativar a Câmara Técnica Estadual. Levar a nível nacional a experiência do Paraná para âmbito nacional. A SANEPAR não se furtaria de colaborar tecnicamente para que houvesse maior esclarecimento para a Sra. Laura da posição e compromisso da SANEPAR de todo

o processo de exploração. Destacou a preocupação do Valter para a preservação do aquífero. Após 2003 houve uma ampla negociação com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP para complementar os estudos devido a inadequações técnicas. A SANEPAR contratou uma empresa para a complementação do estudo ambiental (EIA-RIMA), atualmente em fase de conclusão, acompanhado por técnicos da empresa e de outras instituições de governo e universidade. Posteriormente o IBAMA solicitou um estudo espeleológico, o qual deverá ser entregue em breve. Comentou que o coordenador do estudo complementar faleceu e que a complementação deverá ser concluída no mês de agosto. O advogado (SR. Tadeu) completou que o EIA-RIMA foi entregue ao IAP o qual não marcou a audiência pública devido ao IBAMA ter solicitado a complementação.

10. A Sra **Laura** questionou a área estudada no EIA a qual considera que deveria ser maior.
11. A Geóloga **Kátia** da SANEPAR/USHI, falou que o EIA estuda a área definida pelo Decreto.
12. **Rafael** – Hoje a situação é clara, a SANEPAR tem uma posição defensiva e que existe um conflito estabelecido de 200.000 pessoas contra outras tantas. Desde 2004 existe uma demanda no Conselho Estadual de Recursos Hídricos para criar a Câmara Estadual. Falou que o modo atual de administrar é arcaico de forma que o Estado diz que faz tudo. Também comentou que a área de influencia do estudo é insuficiente. O problema é mais amplo. O conflito é de ordem econômica e social.
13. MINEROPAR, Geólogo **Tadeu** – Colocou que falta informação técnica e sugeriu que tenha uma explanação sobre o que é o Karst. Mostrou preocupação com relação a fragilidade frente a contaminação por pesticida, fertilizantes, mercúrio, esgoto, hidrocarbonetos. Deve-se ter uma visão sistêmica do problema. Propôs uma apresentação técnica sobre o aquífero.
14. **Everton** – colocou que as instituições podem fazer um Seminário Técnico e a Geóloga Kátia da SANEPAR pediu para incluir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC.
15. **Valter** – morador de Almirante Tamandaré falou que a SANEPAR assumiu a culpa através de uma série de atos jurídicos.
16. **Van Kaick** – Falou que a discussão está compartimentada e a população deveria participar mais com a iniciativa. Fomentar a discussão para que haja uma solução sustentável.
17. SUDERHSA, **Ramon**, chefe do Departamento de Outorga e Fiscalização – falou que a emissão das Outorgas foi feita após a do EIA. Outorgas com validade de 1 (um) ano para monitorar a exploração. Citou que a lei de recursos Hídricos que sustenta o ato da outorga. O prazo para a SANEPAR abandonar os poços da sede de Almirante Tamandaré é até 2010, sendo que existe uma outorga prévia para captar água do Rio Barigui.
18. SANEPAR, **João Horácio** – Existe duvida e a população não quer a substituição dos poços pelo Rio Barigui.
19. **Ramon** – Comentou que esteve em reunião do Plano Diretor do Município de Almirante Tamandaré e que ouviu que a população não quer ser abastecida pelo Rio Barigui.
20. **Amin**, presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS, núcleo Paraná, questionou a falta da COMEC na presente reunião e que as casas foram

construídas com autorização do poder público municipal sem levar em conta a fragilidade do meio físico. Considerou ainda que a SANEPAR não está contaminando a água.

21. **Valter** – Ressaltou a importância da presente reunião e agradeceu as palavras do Sr. Ivã e que nunca ofendeu a SANEPAR e que o plano Diretor de Almirante Tamandaré ninguém viu. Os planos Diretores não são válidos. Acha que deveriam ser criadas grandes áreas de preservação permanente.
22. **Tadeu** (SANEPAR) – Sugeriu reunir os advogados para solucionar as questões. Ressaltou a importância da Câmara Técnica e questionou qual é a posição da Câmara Técnica local de Almirante Tamandaré.
23. **Evertton** – Deve-se integrar as Câmaras locais (Almirante Tamandaré e Colombo). Falta organização e integração para as entidades não governamentais da sociedade civil. As moções da sociedade civil não tem sido unânimes.
24. **Laura** – Considerou os argumentos jurídicos da moção corretos e solicitou a Câmara Técnica priorizar as seguintes questões urgentes: A multa da SANEPAR pelo IBAMA cujo recurso preiteia para a compra das áreas de campos de altitude para serem unidades de conservação; As audiências públicas de Tijuco-Alto em São Paulo e Adrianópolis onde será construída uma Usina Hidroelétrica e ocorrem 200 cavernas ameaçadas pelo empreendimento, solicitando um posicionamento da Câmara. Considerou que a Usina vai atender a uma empresa articular e solicitou um seminário para propor uma legislação sobre a questão. Questionou a ausência da COMEC na presente reunião. Comentou sobre a existência de outras outorgas no Karst além das da SANEPAR. Pediu para ser feito um link com o estado de São Paulo.
25. **Rafael** – Falou da questão institucional e que a Câmara Técnica foi criada sem poder de deliberação e que a metodologia utilizada pela SANEPAR é inadequada por não falar com a população. Deve-se criar um mecanismo de diálogo eficaz. “A SANEPAR apenas apaga os incêndios”.
26. **Erivelto** – Falou que a Dra Arlete Diretora de Meio Ambiente, chamou todos os advogados envolvidos para verificar toda a situação e propôs encaminhar um seminário.
27. **Rafael** – Colocou que a negociação não deve ser no varejo. Deve haver um plano que permita a participação de todos.
28. **Amin** – Questionou se a multa aplicada pelo IBAMA irá para a União ou para o Estado.
29. **Rubens** – Propôs realizar uma reunião com a comunidade atingida. Lembrou do termo de ajuste de conduta em Almirante Tamandaré de 2004/2005 em que a SANEPAR iria resolver em 1,5 anos todos os problemas.
30. **Kátia** – A Câmara Técnica tem poder deliberativo e em todas as reclamações a SANEPAR teve que se manifestar.
31. **Erivelto** – Falou que a SANEPAR foi convocada.
32. **Tadeu** – Todo cidadão tem que buscar seus direitos. A SANEPAR não peca em dar informações a comunidade. Os pedidos de indenização são considerados e há problemas para pagar algumas por questões de inventário e de documentação das propriedades. Deve-se convocar órgão e prefeituras para discussão técnica.
33. **Ramon** – Deve-se discutir tecnicamente a questão para a Câmara Técnica apoiar a SUDERHSA. Até mesmo pode recorrer a outros técnicos para definir parâmetros de

exploração. Deve auxiliar a gestão dos Recursos Hídricos. Deve discutir questões técnicas do tipo: As outorgas de 1 ano são suficientes? O caminho está correto?

34. **Laura** – Reforçou o que o Ramon falou.
35. **Ramon** – Toda a legislação de recursos hídricos está sendo exercida. Citou o Decreto 4646/01 e a Lei 12726/99.
36. **Laura** – Pediu a Câmara Técnica que trate da questão legal por ter relação com a questão econômica e que tenha posição política. Lembrou que em 2001 ocorreu uma audiência pública em Almirante Tamandaré sobre uma ação do advogado Vítório Sorotiuk onde definiram que deveria ser criada a câmara técnica. Esta foi solicitada em 2004 ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e constituída em 2005.
37. **Rafael** – Considerou que deve-se impedir a ampliação da exploração do aquífero Karst até que o plano de bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira esteja pronto. Considerou que discutir caso a caso as indenizações não deve ser no Comitê.
38. **Erivelto** – Falou que se deve discutir em cima do que já foi feito tecnicamente, para ter ferramenta para ampliar as captações.
39. **Ivã** – Deve-se adotar uma atitude prudente.
40. **Everton** – Considerou que se deve expandir a participação de outras entidades além da necessidade de verificação do estatuto com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado e também inserir as prefeituras onde ocorre o aquífero Karst.
41. **Mariana** – Secretaria de Conselho Estadual de Recursos hídricos. O gargalo é a participação e vai revisar o estatuto.
42. **Laura** – Comunicou que vai protocolar um ofício para o presidente do Conselho, Rasca Rodrigues, e que a CTAS do CER do Paraná deveria encaminhar manifestação para interromper o processo de licenciamento de Tijuco Alto, em função da contaminação de chumbo e da existência de cavernas no entorno.
43. **Everton** – Considerou que não há condição de interromper a audiência de licenciamento de Tijuco Alto em função da falta de conhecimento dos membros da Câmara Técnica acerca do empreendimento e propôs haver uma reunião específica sobre este assunto, onde o setor responsável do IBAMA pelo licenciamento seria convidado para dar informações, além do convite que será feito ao consultor da área de hidrogeologia que está elaborando o Plano de Bacia do Alto Iguaçu e Alto Ribeira (Geólogo André Bonacin), para que possa revelar a forma com que o aquífero está sendo considerado no referido Plano de Bacia.
44. **Everton** encaminhou e foi aprovada a seguinte pauta para próxima reunião: 1) Discutir o uso e proteção do aquífero Karst na RMC – Região Metropolitana de Curitiba; 2) Convidar o consultor do Plano da Bacia do Alto Iguaçu e afluentes do Ribeira para esclarecimentos; 3) Convidar o responsável no IBAMA pelo licenciamento ambiental do Tijuco Alto para esclarecimentos; 4) Discutir o regimento interno da Câmara Técnica.